

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.092 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 2000

CCJ
Saúde pode ter recursos garantidos na Constituição

PÁGINA 4

Plenário discute agrotóxicos, fundo contra pobreza e voto de estrangeiro

Pauta desta semana inclui, também, pedidos de autorização de empréstimos externos, concessões de emissoras de rádio e redação final de projetos votados nos últimos dias

Operações com agrotóxico, da produção ao destino final dos resíduos, poderão ter nova legislação. O Senado vota nesta semana substitutivo da Câmara a projeto do senador Jonas Pinheiro que disciplina a produção e o manuseio desses produtos. Outra matéria na pauta, para

discussão em segundo turno, é a proposta que institui o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Os senadores devem votar, em primeiro turno, outra proposta de emenda constitucional – a do senador Álvaro Dias que permite o voto de estrangeiro em eleições municipais.

PÁGINA 3

ACM participa em Portugal de atos pelos 500 anos do Descobrimento

PÁGINA 2



Parlamentares, autoridades do Executivo e membros do corpo diplomático participaram da homenagem

HOMENAGEADO PELO CONGRESSO, PRESIDENTE DA ITÁLIA DEFENDE PARCERIA COM O BRASIL

PÁGINAS 6 E 7

A BAÍA DE GUANABARA EM NÚMEROS

Área	381 km ²
Perímetro	131 km
Municípios	15
População	7,2 milhões
Volume de água	2 bilhões de m ³
Largura máxima	20 km
Largura mínima	1,8 km
Extensão	28 km
Profundidade média	7,6 metros
Ilhas	42
Rios principais	35
Manguezais	43 km ²
Pesca	13 toneladas/dia
Indústrias	6.000
Estaleiros	12
Terminais de óleo	16
Despejo de óleo	7 toneladas/dia
Lixo em aterro	5.500 toneladas/dia
Esgoto in natura	340 toneladas DBO/dia
Esgoto tratado	84 toneladas DBO/dia

Fonte: Instituto Baía de Guanabara

CI

Sarney Filho fala sobre desastre ambiental no Rio

PÁGINA 4

CAE

Projeto proíbe venda interna de produtos de exportação

PÁGINA 3

CAS

Audiência avalia uso de próteses de silicone líquido

PÁGINA 5

ACM discorda do valor do mínimo, mas apóia política econômica

Demissão de cargos oficiais é “um problema pessoal de cada um”, diz presidente do Senado

O senador Antonio Carlos Magalhães afirmou na sexta-feira que apóia a política econômica do presidente Fernando Henrique Cardoso, a exemplo do seu partido, o PFL, apesar da “divergência importante, de base”, em torno do aumento do salário mínimo.

O presidente do Senado reafirmou sua tese de que o reajuste do mínimo “deveria ter sido maior”, mas destacou seu apoio à política econômica do governo. “Se eu divergisse, meu partido não estaria apoiando o governo, pelo menos a maior parte dele”, observou. O senador lembrou que o PFL tem ministros, e acrescentou: “Eu próprio tenho ministros e não vou estar contra”.

Com relação à possibilidade de retaliações do governo aos parlamentares da base governista que votaram contra o aumento do mínimo defendido pelo Executivo, o senador Antonio Carlos Magalhães disse que nunca se sentiu coagido: “Só aceita coação quem gosta de ser coagido”, afirmou.

Ele observou que a posição manifestada pelo porta-voz do Palácio do Planalto, de deixar a cargo da consciência dos dissidentes a entrega de postos no governo, é diferente do que foi noticiado durante todo o tempo do debate sobre o assunto. Por isso, Antonio Carlos considera a demissão de cargos oficiais “um problema pessoal de cada um”.

Presidente do Senado faz visita oficial a Portugal

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, viajou na sexta-feira a Lisboa, para visita oficial durante a qual participará de homenagem póstuma do governo português ao deputado Luís Eduardo Magalhães e ocupará a co-presidência de sessão solene em comemoração aos 500 anos do Brasil, realizada pela Assembleia da República de Portugal.

Hoje pela manhã, o senador inicia a programação do dia visitando a exposição “Brasil-Brasis”, instalada no Palácio da Ajuda. Depois, almoça com o presidente da Assembleia, Almeida Santos, no restaurante Vela Latina.

À tarde, a agenda continua com mais três eventos. Primeiro, Antonio Carlos será recebido pelo primeiro-ministro português, Antonio Guterres, na residência oficial, para uma visita de cortesia. Em seguida, vai até o Palácio de Belém, para um encontro com o presidente da República de Portugal, Jorge Sampaio. Depois dessa audiência, em cerimônia pública, Antonio Carlos receberá, das mãos do presidente Sampaio, condecoração

concedida a título póstumo ao deputado Luís Eduardo.

A agenda de hoje encerra-se com jantar oferecido pelo presidente Almeida Santos, no Salão Nobre da Assembleia.

No dia seguinte, o senador vai copresidir, ao lado de Almeida Santos, sessão solene que se realizará no plenário da Assembleia, em homenagem aos 500 anos do Brasil. Representantes dos vários grupos parlamentares usarão da palavra, e a sessão será fechada pelos discursos dos presidentes da Assembleia portuguesa e do Congresso brasileiro.

A Assembleia preparou, para marcar a ocasião, o lançamento de medalha comemorativa e o anúncio da publicação de livros com depoimentos dos parlamentares dos dois países. Os cumprimentos, depois da solenidade, terão lugar no Salão Nobre.

À noite, Antonio Carlos comparece a jantar oferecido pelo embaixador do Brasil em Lisboa, Synesio Sampaio Goes Filho, ao qual estarão presentes o presidente da Assembleia, parlamentares e autoridades.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 2000

Brasil 500



PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 61/99, que dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal (direitos políticos); substitutivo da Câmara ao PLS nº 27/95, altera a Lei nº 7.802/89, que dispõe sobre pesquisa, produção, embalagem, transporte, armazenamento, comercialização, propaganda, utilização, exportação, destino final dos resíduos e embalagens, registro, classificação, controle, inspeção e fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins; PDL nº 66/99, que aprova renovação da concessão da Rádio Sete Colinas para serviço de radiodifusão em onda média em Uberaba (MG); PDL nº 144/99, que aprova renovação da permissão à Fundação Nossa Senhora de Belém (Rádio Cultural) para serviço de radiodifusão em frequência modulada em Guarapuava (PR); PDL nº 175/99, que aprova renovação da concessão à Rádio Alvorada para serviço de radiodifusão em onda média em Lins (SP); PR nº 28/2000, que autoriza a concessão, pela União, da garantia do Brasil, no âmbito do Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira, em aditamento ao contrato de financiamento externo firmado entre a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) e a Empresa Húngara de Comércio Exterior e Empreendimentos para Exportação (Agroinvest), bem como a dispensa da respectiva contragarantia; PLS nº 620/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de transmissão pelas prestadoras de serviço de televisão por assinatura, da TV Senado e da TV Câmara; Requerimento nº 214/2000, do senador Luiz Pontes, solicitando que sobre o PLS nº 84/2000, de autoria do senador Ronaldo Cunha Lima, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Sociais; e Requerimento nº 219/2000, do senador Álvaro Dias, solicitando a tramitação conjunta das PECs nºs 48/96 e 6/2000, por regulararem a mesma matéria.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quarto dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 61/99, que dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal (direitos políticos); PDL nº 109/99, que aprova renovação da permissão à Cultura II FM de Poços de Caldas para serviço de radiodifusão em frequência modulada em Poços de Caldas (MG); PDL nº 181/99, que aprova renovação da concessão da Rádio Presidente Venceslau para serviço de radiodifusão em onda média em Presidente Venceslau (SP); substitutivo ao PLS nº 54/99, que dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defesa; e PR nº 29/2000, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor equivalente a até US\$ 185 milhões, de principal, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Profissionalização de Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae).

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 61/99, que dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; primeiro dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 67/99, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; PDL nº 155/99, que aprova renovação da concessão da Rádio Clube para radiodifusão em onda média em Campo Belo (MG); PDL nº 182/99, que aprova renovação da permissão à Rádio Presidente Prudente para serviço de radiodifusão em frequência modulada em Presidente Prudente (SP); e PR nº 30/2000, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor de 548,3 mil euros, de principal, entre o Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), para financiamento da parcela a vista de 15% do contrato comercial para importação de bens e serviços a serem fornecidos pela empresa G.U.N.T. Gerätebau GmbH, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Entre outros, PRS nº 134/99, altera o Resolução do Senado nº 134/99, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações; PLC nº 2/2000, que dispõe sobre o valor das benfeitorias executadas com recursos públicos nas desapropriações para fins da reforma agrária; PLS nº 613/99—Complementar, altera o Decreto-Lei nº 406/68, que estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza.

2ª parte: Exposição de Marcos Caramuru de Paiva, secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, com a finalidade de instruir a tramitação da Mensagem nº

99/2000, que solicita seja autorizada operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 505 milhões entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), na modalidade de ajuste setorial — Reforma da Previdência Social/2ª Fase. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h — Comissão de Educação

Pauta: PLC nº 49/99, altera as Leis nºs 8.248/91, 8.387/91 e o Decreto-Lei nº 288/67, que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação; e PDLs nºs 23, 24, 29 e 30, de 2000, que aprovam atos de outorga e renovação de concessões, permissões e autorizações para radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

15h — CPI com a finalidade de apurar, em todo país, o crescimento do roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários. Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e indicação do relator. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Entre outras, Mensagem nº 86/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Luiz Fernando de Oliveira e Cruz Benedini para o cargo de embaixador do Brasil junto à Costa Rica; Mensagem nº 104/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Celso Marcos Vieira de Souza, para o cargo de embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

18h — Comissão de Infra-Estrutura

Pauta: Audiência pública com a finalidade de prestar esclarecimentos e informações das causas, consequências e das providências tomadas sobre o desastre ambiental causado pelo vazamento de óleo ocorrido recentemente na Refinaria Duque de Caxias, na baía de Guanabara (RJ), com a participação do ministro de Estado do Meio Ambiente, deputado José Sarney Filho; da presidente do Ibama, Marília Marreco Cerqueira; da procuradora do Ministério Público Federal (RJ), Gisele Elias Porto; e do presidente do CREA-RJ, José Chacon de Assis. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

18h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Entre outros, análise do Relatório de Acompanhamento do Plano Plurianual (PPA), relativo ao exercício de 1998 e à execução acumulada no período de 1996 a 1998; apreciação do requerimento do deputado João Caser, que solicita a criação de subcomissão destinada a reformular e propor alterações à Resolução nº 2/95, do Congresso Nacional, com vistas a incorporar as normas pertinentes às modificações necessárias à dinâmica atual do processo orçamentário; apreciação do relatório sobre a autorização de execução orçamentária referente à obra de recuperação dos molhes do Porto de Rio Grande (RS). *Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados*

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública para instrução do PLC nº 26/99, que estabelece normas para o uso médico de próteses de silicone, com a participação de representantes das seguintes entidades: Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, Conselho Federal de Medicina, Associação dos Usuários de Silicone, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Procon, sociedades de Cirurgia Plástica do Rio de Janeiro e de São Paulo, Sociedade Brasileira de Oftalmologia e Ministério da Saúde. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 11*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Entre outros, turno suplementar ao substitutivo aos PLSs nºs 88 e 300, de 1999, altera a Lei nº 4.737/65 (Código Eleitoral), para instituir o sistema de lista fechada na eleição proporcional; PLS nº 268/99, que dispõe sobre a estruturação e o uso de bancos de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual do *habeas data*; PEC nº 86/99, altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde; PLS nº 672/99, que dispõe sobre o comércio eletrônico; PLS nº 353/99, que dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e estabelece critérios objetivos de distribuição dos recursos no âmbito dos partidos. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

ESPECIAL

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *No Coração dos Deuses*, de Geraldo Moraes. *Auditório Patrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
 2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
 2º Secretário: Carlos Patrocínio
 3º Secretário: Nabor Júnior
 4º Secretário: Casildo Maldaner
 Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
 Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
 Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
 Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
 Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
 Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Morais

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
 Ed. Anexo I do Senado Federal,
 20º andar
 Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
 Secretaria Especial
 de Editoração e
 Publicações

Senado vota normas mais rigorosas para a utilização de agrotóxicos

Proposta de Jonas Pinheiro a ser apreciada pelo Plenário disciplina produção, transporte, importação, exportação e destino final dos resíduos e embalagens

O Senado vota nesta semana substitutivo da Câmara a projeto do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) que disciplina, entre outras operações, a produção, embalagem, transporte, importação, exportação e destino final dos resíduos e embalagens dos agrotóxicos.

A iniciativa dispõe que os usuários dos defensivos agrícolas deverão efetuar a devolução das embalagens vazias dos produtos aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos. Se o produto não for fabricado no Brasil, a responsabilidade de recebê-lo será da pessoa física ou jurídica que realizou a importação.

O Plenário também inicia a discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que institui, para vigorar até 2010, um Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. A matéria ainda voltará a Plenário para ser discutida em mais duas sessões ordinárias, antes de ser votada e enviada à Câmara.

Na quinta-feira, os senadores votam, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que permite aos estrangeiros residentes e domiciliados há pelo menos oito anos no Brasil votar nas eleições municipais e disputar o mandato de vereador.

O Senado delibera também sobre a redação final do projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que obriga as televisões por assinatura, transmitidas a cabo ou por ondas, a transmitir a programação da TV Senado e da TV Câmara.

Com o projeto, que ainda será apreciado pelos deputados, Requião quer garantir à população ver o que acontece no Legislativo sem o filtro das grandes agências de notícias.

Outra redação final a ser votada é a do projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que garante aos trabalhadores da pesca direito a seguro-desemprego durante o período em que é proibida a atividade pesqueira. A matéria também precisará ser decidida pelos deputados.

O Plenário também delibera se autoriza a União a garantir aditamento de US\$ 2,4 milhões a contrato de financiamento externo firmado pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) com a Empresa Húngara de Comércio Exterior e Empreendimentos

O PERIGO VEM DO CAMPO

Os riscos em cada etapa

No campo
Os agricultores pulverizam as lavouras com produtos de elevada toxicidade sem a devida proteção. Pode causar até morte, devido à acumulação das substâncias tóxicas no organismo

Na mesa
Os vegetais e frutas de aspecto agradável, à venda nas grandes cidades, podem esconder em sua película externa (folha, casca) fragmentos de agrotóxicos utilizados na lavoura

A Alternativa
Alimentos cultivados com adubos orgânicos, sementes resistentes e que utilizem um controle biológico de pragas

Precauções
Lavagem cuidadosa de folhosos em água corrente retirada da casca de frutas ou lavagem em solução de água e vinagre

Como denunciar
Serviço de Vigilância Sanitária (em nível municipal ou estadual)

Um pó esbranquiçado e/ou um sabor desagradável denunciam a presença de agrotóxicos

Fonte: ANDRADE, H. F. O controle de pragas na horticultura orgânica. Rio de Janeiro, 1989

para Exportação (Agroinvest).

Decide ainda se a União pode contratar empréstimo de até US\$ 185 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para o financiamento parcial do Projeto de Profissionali-

zação de Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae).

Sete emissoras aguardam decisão sobre a renovação de suas concessões para funcionamento: Rádio Sete Colinas de Uberaba (MG); Rádio Fundação Nossa Se-

hora de Belém, de Guarapuava (PR); Rádio Alvorada de Lins (SP); Rádio Clube de Campo Belo (MG); Rádio Presidente Prudente (SP); Cultura II FM de Poços de Caldas (MG); e Rádio Presidente Venceslau (SP).

Projeto proíbe a venda no país de produtos para exportação

Em caráter terminativo, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota, em reunião marcada para amanhã, às 10h, projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que proíbe a venda e a exposição, em território brasileiro, de cervejas em lata e cigarros destinados à exportação, sobre os quais não incidem impostos. Para possibilitar o controle da proibição, cada unidade desses produtos deverá exibir, obrigatoriamente, na embalagem, uma tarja vermelha com a expressão: "Produto para exportação. Venda proibida no Brasil".

A proposição tem voto favorável do relator, senador Edison Lobão (PFL-MA). Por ser uma votação terminativa, o projeto, se aprovado pela comissão, segue direto para exame pela Câmara dos Deputados, caso não seja apresentado recurso para sua votação no Plenário do Senado.

Também na pauta da CAE cons-

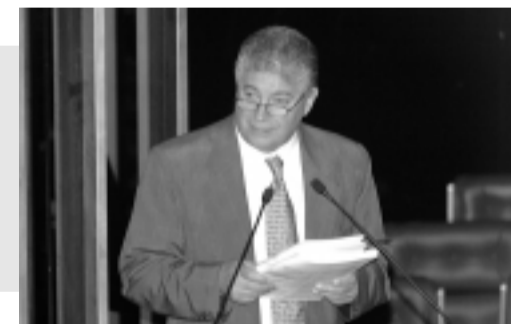
ta projeto de lei complementar, apresentado pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), que proíbe o pagamento de juros compensatórios em processos de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária. O projeto tem voto favorável do relator, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

A CAE vota ainda o projeto de lei apresentado pela CPI do Sistema Financeiro, que coloca como condição prévia para a apresentação de pedidos de autorização de operações de crédito a cooperação do ente federativo com o Tribunal de Contas da União, possibilitando uma transparência sobre seus dados financeiros e orçamentários. O voto do relator, senador Luiz Otávio (sem partido-PA), é favorável.

Completem a pauta da CAE o projeto de lei da Câmara que trata do valor de benfeitorias executadas com recursos públicos nas

desapropriações para fins de reforma agrária, com voto favorável do relator, senador Antero Paes de Barros; e o projeto de lei da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) que trata de normas de direito financeiro sobre o ICMS e o ISS, com voto do senador José Fogaça (PMDB-RS) favorável a sua aprovação.

Requião: produtos exibirão tarja explicitando que seu destino é o mercado externo



CAE avalia empréstimo para Previdência

O empréstimo de US\$ 505 milhões que a União pretende obter junto ao Bird para ajustes setoriais na Previdência Social será discutido amanhã pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Os senadores vão ouvir em audiência pública o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Marcos Caramuru, que deverá apresentar detalhes da operação. A

matéria constava da pauta da CAE da semana passada, mas não foi votada em virtude do pedido de vista feito pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM).

O relator da proposta, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), salienta, em seu voto favorável, que os recursos serão utilizados unicamente para o pagamento da dívida externa brasileira e para a manutenção dos níveis de reservas

internacionais do país. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que, junto com Jefferson, solicitou a audiência pública, sugeriu que a Resolução 96/89 – que dispõe sobre operações de crédito externo no âmbito do poder público federal – seja alterada para tornar obrigatória a presença na CAE de um representante do ministério beneficiário do empréstimo a ser autorizado.

CE vota amanhã prorrogação de incentivo para empresa de informática

O benefício está previsto em projeto do deputado Jair Bolsonaro. A proposta precisa ser votada também pela Comissão de Assuntos Econômicos antes de ir ao Plenário

A Comissão de Educação do Senado deve votar amanhã, às 11h, projeto de lei do deputado Jair Bolsonaro (PPB-RJ) que prorroga a concessão de benefícios fiscais a empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática. As isenções devem ser reduzidas gradualmente até o ano 2009. Haveria variação do benefício, conforme a localização da empresa, se nas regiões Sul e Sudeste ou no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O projeto tem voto favorável do relator, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). A matéria já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e ainda será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) antes de seguir para o Plenário.

Os quatro itens restantes da pauta da CE tratam do funcionamento

de emissoras de rádio. Um dos projetos de resolução outorga à Universidade Santa Cecília (Unisantia), de Santos (SP), emissora em frequência modulada (FM). O voto do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), é favorável. Estará também em votação a renovação da concessão da Rádio Cultura de Guaira Ltda., que funciona em ondas médias (OM) na cidade de Guaira (SP), com voto favorável do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Outro item é a renovação da autorização para a Rádio



A Comissão de Educação do Senado deve votar o projeto nesta terça-feira, em reunião às 11h. A proposta tem o voto favorável do relator, senador Lúcio Alcântara

Cultura Municipal de Amparo (SP) manter suas transmissões em FM, também com voto favorável do senador Jonas Pinheiro. Último ponto da pauta é a renovação da con-

cessão da Rádio Canoa Grande Ltda. para transmitir em OM em Igaracu do Tietê (SP), com voto favorável do relator, senador Djalma Bessa (PFL-BA).

Comissão de Orçamento analisa relatório do PPA de 98

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização examina amanhã, a partir das 18h, o relatório de acompanhamento do Plano Plurianual (PPA) relativo ao exercício de 1998. O relatório faz uma análise para cada tema, ação do plano e créditos orçamentários correspondentes, quantifica a respectiva execução financeira e detalha a realização das metas no período.

Na mesma reunião, a comissão, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), examina também o PPA do período de 1996 a 1998, submetida recentemente ao Congresso Nacional. O relator da matéria, deputado Osvaldo Coelho (PFL-PE), assinala que no biênio as grandes aplicações do governo, sobretudo das empresas estatais, continuaram a se concentrar nas regiões mais desenvolvidas do país. "Isso contribuiu para aumentar as desigualdades regionais", constatou.

A Comissão de Orçamento deve também votar requerimento do deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) que convida o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardemberg, para prestar esclarecimentos sobre os fundos setoriais da área, especialmente com relação ao Plano Plurianual 2000/2003.

Constam ainda da pauta o requerimento do deputado João Cóser (PT-ES), que pede a criação de subcomissão para reformular e propor alterações no processo orçamentário, e o relatório que autoriza a execução orçamentária da obra de recuperação dos molhes do Porto do Rio Grande (RS).

CPI que irá investigar roubo de cargas será instalada

A comissão parlamentar mista de inquérito que vai apurar o crescimento dos roubos de cargas transportadas por empresas rodoviárias, ferroviárias e aquaviárias será instalada amanhã às 15h. Na reunião, os senadores elegerão o presidente e o vice do colegiado, além de indicarem o relator. A reunião será na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho.

Sarney Filho debaterá vazamento de óleo

O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, participará da próxima reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), amanhã, a partir das 18h. A audiência pública foi convocada pela subcomissão destinada a aprofundar as investigações sobre as causas e conseqüências do desastre ambiental causado pelo vazamento, no início do ano, de mais de um milhão de litros de óleo da Refinaria Duque de Caxias (Reduc) na baía de Guanabara, no Rio de Janeiro.

Além do ministro, participarão da audiência pública a presidente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Marília Marreco Cerqueira, a procuradora do Ministério Público Federal no Rio de Janeiro, Gisele Elias Porto, e o presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio (Crea-RJ), José Chacon de Assis.

Garantia de recursos para saúde vai ser apreciada pela CCJ na quarta-feira

A proposta de emenda constitucional que prevê a garantia de recursos mínimos para o financiamento de ações e serviços públicos de saúde deve ser apreciada quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De acordo com a proposta, lei complementar definirá o percentual a ser aplicado no setor pela União, estados e municípios. Até a aprovação dessa lei, valerá uma disposição constitucional transitória, segundo a qual a União seria obrigada no ano 2000 a aplicar em saúde 5% a mais do que em 1999 e, entre 2001 e 2004, o valor aplicado no ano anterior corrigido pela variação do Produto Interno Bruto (PIB).

Os estados e o Distrito Federal, ainda segundo a proposta, teriam de aplicar em saúde 12% da arrecadação dos impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doações. O mesmo percentual valerá para os impostos sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Serviços (ISS) e Transmissão Intervivos.

Caso as aplicações em saúde sejam inferiores às previstas pela proposta, os estados, municípios e Distrito Federal deverão elevá-las gradualmente até 2004. "A destinação



A pauta da comissão prevê a análise de 13 itens

obrigatória de um pequeno percentual de recursos para atender a ações e serviços públicos de saúde constitui medida que, a curto prazo, deverá assegurar maior disponibilidade de atendimento e de leitos hospitalares", afirma o relator da matéria, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Entre os 13 itens da pauta desse dia está o projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que disciplina os bancos de dados sobre pessoas físicas e jurídicas e regulamenta o *habeas data* – direito de acesso a essas informações. De acordo com a proposta, com parecer favorável do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), o *habeas data* poderá ser utilizado para assegurar conhecimento de informações relativas à pessoa titular dos dados reunidos nesses bancos de dados, para retificar informações ou para anotar contestação ou explicação.

Outro projeto apresentado por Lúcio Alcântara e que se encontra em pauta na CCJ é o que regulamenta o comércio eletrônico. Caso seja aprovado, não poderão ser negados efeitos jurídicos às informações contidas em mensagens eletrônicas. "O comércio eletrônico é uma realidade que se encontra em franca expansão e que reclama uma disciplina jurídica adequada", diz Alcântara.

Os senadores da comissão também decidirão na quarta-feira se o projeto do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) que trata do financiamento público de campanhas eleitorais tramitará conjuntamente com proposta sobre o mesmo tema do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Serão apreciados ainda três projetos de decreto legislativo que prevêem a convocação de plebiscitos sobre a criação dos estados do Araguaia, Tapajós e Solimões.

Sebastião Rocha é relator do projeto que será debatido em audiência pública na CAS



Rocha propõe proibição do uso de próteses de silicone líquido

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP), relator do projeto de lei da Câmara dos Deputados que estabelece normas para o uso médico de próteses de silicone líquido, incluiu no seu substitutivo a proibição total do uso desse tipo de material no organismo humano. O projeto será debatido em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na próxima quarta-feira, às 9h.

O projeto original, como veio da Câmara, permite o uso de silicone líquido em seres humanos, mas os médicos são obrigados a esclarecer aos pacientes todos os riscos do implante da substância no corpo. Nos casos de problemas em cirurgias por razões estéticas, o médico pode ser responsabilizado, mesmo que tenha havido concordância do paciente. Mas, se o paciente ou seu responsável não puder se manifestar, e não houver outro recurso que não o implante de silicone para recuperar tecidos, não caberá ação judicial contra o médico.

Outros pontos do substitutivo são a obrigatoriedade de a embalagem de silicone, para uso comercial ou industrial, conter advertência de que é impróprio para uso humano. O produto só poderá ser adquirido mediante prescrição médica devidamente registrada. Deverá também estar registrado de acordo com as normas técnicas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e sua aplicação ficará a cargo de um médico registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM).

Deverão participar da audiência pública representantes do Ministério da Saúde, Conselho Federal de Medicina, Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, Sociedade Brasileira de Oftalmologia, Sociedade de Cirurgia Plástica de São Paulo e Rio de Janeiro, Associação dos Usuários de Silicone, Procon e Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.

Caso o substitutivo seja aprovado na CAS, o projeto voltará à Câmara dos Deputados para nova análise. A votação ainda não está marcada.

CRE vota indicações de embaixadores para a Costa Rica e o Egito

Em reunião marcada para amanhã, às 17h30, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vota duas indicações de diplomatas para ocuparem chefias de representações brasileiras no exterior. As votações serão feitas em reuniões secretas.

Luiz Fernando de Oliveira e Cruz Beneditini foi indicado para embaixador na Costa Rica. O parecer sobre sua indicação será dado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM). O senador Carlos Wilson (PPS-PE) é o relator da outra indicação,

de Celso Marcos Vieira de Souza, para a Embaixada no Egito.

A CRE vota também o projeto de lei da Câmara que estabelece normas de uso para as terras devolutas sob o domínio da União. O voto do relator, senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), é contrário à aprovação do projeto.

Completa a pauta da comissão o acordo de isenção de vistos em passaportes diplomáticos entre o Brasil e a Guiana, com voto favorável do relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Para Geraldo Cândido, democracia racial é mito

Embora 112 anos tenham transcorrido desde a libertação oficial dos escravos, “a discriminação atravessa o tempo”, afirma senador

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) destacou que o movimento negro brasileiro lembra a data de 13 de maio como o Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo e adota o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra. Para o senador, a comemoração dos 500 anos reproduz, mais uma vez, o mito da democracia racial, divulgando imagens da “suposta harmonia racial” entre brancos, negros, índios e asiáticos.

— Mais de um século depois da assinatura da Lei Áurea, a situação dos negros no Brasil é um atestado permanente da falácia da



Geraldo Cândido: problema do desemprego afeta a população negra desde 13 de maio de 1888

democracia racial. Embora 112 anos tenham transcorrido desde a libertação oficial dos escravos,

a discriminação contra os afro-descendentes atravessa o tempo — disse.

Geraldo Cândido questiona se os negros brasileiros deverão esperar mais um século para obter direito à participação plena na vida nacional. Citando o geógrafo Milton Santos, o senador diz que existe uma forma de *apartheid* brasileira e, para ele, é preciso reagir a essa situação a fim de integrar a sociedade e garantir ao negro brasileiro a cidadania integral. O senador afirmou ainda que o problema do desemprego afeta a população negra desde 13 de maio de 1888, quando a abolição foi declarada.

Governo pensa em retomar programa de desburocratização, diz Piquet Carneiro

“O governo federal já não é mais tão grande e está praticamente enxuto com os atuais 500 mil funcionários”, afirmou à TV Senado João Geraldo Piquet Carneiro, presidente da comissão criada pelo presidente da República para elaboração de um código de ética para ministros e altas autoridades. Para ele, o problema agora é obrigar os governos estaduais e as prefeituras a assumirem os serviços de educação básica e média e de saúde que lhe foram repassados pela Constituição de 88. “O dinheiro para isso eles já receberam na repartição de 88”, garantiu.

Em entrevista concedida ao jornalista Fernando Cesar Mesquita, diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Piquet Carneiro informou que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão está interessado em recuperar o programa de desburocratização, executado pelo governo de 79 a 85. Muita coisa do que foi feito vem se perdendo com o tempo; ele citou como exemplo a exigência que alguns órgãos públicos começam a fazer sobre autenticação de cópias ou reconhecimento de firma.

— É inacreditável, mas este é o único país onde a fé pública só pode ser atestada pelo tabelião de um cartório. Só os poderosos donos de cartórios têm a ganhar com isso. Em outros países, qual-



Em entrevista a Fernando Cesar Mesquita, Piquet Carneiro afirmou que o governo federal está “praticamente enxuto”

quer cidadão pode exercer a função de notário, de confirmador da autenticidade de um documento ou assinatura — observou Piquet Carneiro, ex-secretário executivo do extinto Ministério da Desburocratização e atual presidente da Fundação Hélio Beltrão. Ele acrescentou que “o Brasil estará mudado no dia que implodir o atual sistema de cartórios”.

O anteprojeto de código de ética, já encaminhado ao presidente, estabelece dezenas de normas sobre como as autoridades devem se comportar frente a algumas situações. O documento deverá considerar falta de ética um ministro fazer acusações, pela imprensa, a um colega de ministério ou realizar investimentos especulativos, como a compra de moeda

estrangeira. Ele conterà ainda recomendações sobre o uso de aviões da FAB.

Na entrevista, Piquet Carneiro considera antidemocrática a “onda de denunciamento” que ocorre no país, mas vê um lado positivo: “Pelo menos, discute-se a corrupção no Brasil, e o primeiro caminho para resolver um problema é a sua discussão”. O aspecto negativo dessa “onda”, a seu ver, é o clima de acusações “sem responsabilidade de comprovação”, o que impossibilita a punição por parte da Justiça. “É importante denunciar o corrupto, mas é necessário preservar a pessoa honesta. Não há nada pior que um honesto receber o carimbo de ‘desonesto’ por uma denúncia que não ficou bem apurada”, sustentou.

HOMENAGEM AO PRESIDENTE DA ITÁLIA

ACM defende ligação do Mercosul com a Europa

O Congresso Nacional homenageou, na sexta-feira, em sessão solene, o presidente da Itália, Carlo Azeglio Ciampi, e sua comitiva, em visita oficial ao Brasil. A sessão, realizada no Plenário do Senado, às 11h40, foi presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães, com a presença do ministro da Cultura, Francisco Weffort, do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, do cardeal-arcebispo de Brasília, dom José Freire Falcão, do embaixador do Brasil na Itália, Paulo Tarso Flecha de Lima, de integrantes do corpo diplomático e de senadores e deputados.

Durante a sessão, saudaram o presidente italiano o deputado Luciano Pizzato (PFL-PR) e o senador Gerson Camata (PMDB-ES), ambos de descendência italiana. A banda do Regimento de Cavalaria de Guarda do Comando Militar do Planalto executou os hinos nacionais da Itália e do Brasil. Em seu discurso, o presidente Ciampi ressaltou que os laços culturais comuns podem, e devem, ser usados para sedimentar uma nova relação de cooperação entre a Europa e a América Latina.

Ao discursar na solenidade, Antonio Carlos disse que saudava a visita de Carlo Azeglio Ciampi com a alegria que se deve reservar a parentes. Ele agradeceu as palavras generosas com que o presidente italiano propôs um relacionamento especial com o Brasil e lembrou haver, na Câmara e no Senado brasileiros, mais de cem parlamentares de origem italiana.

— A Itália participou de nosso caminho, ao longo de nosso processo de formação, em todos os campos da atividade humana. A convivência entre os filhos das duas pátrias que se confundem, esse é o segredo do êxito de nossa cooperação. Precisamos aumentar o ritmo de nossas relações para ligar, definitivamente, a Europa e o Mercosul. Em termos de democracia, justiça social e amor pelos mais carentes, Brasil e Itália podem fazer algo que repercutirá no mundo inteiro — ressaltou o presidente do Congresso Nacional.

Antonio Carlos lembrou que o presidente italiano não é um político tradicional — veio de carreira técnica e econômica para assumir a Presidência, por suas qualidades de austeridade que lhe granjearam o respeito de seus compatriotas.



Deputado Heráclito Fortes, senador Antonio Carlos, o presidente italiano Carlo Ciampi e o ministro da Cultura, Francisco Weffort, no saguão do Congresso: apelos em favor de parceria entre Brasil e Itália

Comunhão de interesses leva a parceria, diz Ciampi

O presidente da Itália, Carlo Azeglio Ciampi, ao falar na sessão solene realizada pelo Congresso em sua homenagem, manifestou a certeza de que chegou o momento de Brasil e Itália passarem da colaboração para uma verdadeira parceria, a começar por uma sólida comunhão de valores democráticos, civis e sociais. Ciampi acha também que a parceria deve ser estendida para combater os crimes ambientais, tráfico de drogas e de armas. O presidente italiano também defendeu a aceleração do diálogo entre Europa e América Latina, diante da globalização da economia mundial, e o fortalecimento comercial em setores estratégicos, como telecomunicações e tecnologias de ponta. Mas, a seu ver, isso só será possível “caso os dois governos recebam uma resposta que brote da sociedade civil, das empresas e das universidades”. — Estou aqui para propor um renovado impulso à colaboração e um renovado estímulo às



Na sessão solene em homenagem ao presidente italiano, Lúdio Coelho, Carlo Ciampi, Antonio Carlos, Heráclito Fortes e Francelino Pereira

relações entre Itália e Brasil — disse o presidente, que considera que os dois países têm uma oportunidade histórica de serem os artífices de uma nova relação entre Europa e América do Sul. Para Carlo Azeglio Ciampi, cabe aos dois países e seus governos aproveitar a oportunidade de modo responsável e com visão estratégica, cientes e confiantes

nos grandes recursos, mais morais do que materiais, segundo ele, nos quais são ricos os dois povos.

O presidente disse ainda que o governo brasileiro soube ultrapassar todas as recentes tempestades econômico-financeiras de origem internacional, e adotou medidas eficazes para enfrentar a crise

cambial e afastar a ameaça do retorno da inflação.

— Mas isso não seria possível sem a contribuição decisiva do Congresso Nacional brasileiro, que soube conjugar as exigências do saneamento econômico com o empenho para salvaguardar uma política social de defesa dos desfavorecidos — afirmou o presidente italiano.

HOMENAGEM AO PRESIDENTE DA ITÁLIA

Brasil tem 25 milhões de descendentes de italianos, diz Camata

Ao saudar a comitiva italiana, na sessão solene do Congresso realizada na sexta-feira, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) lembrou que o Brasil recebeu 1,5 milhão de imigrantes italianos nos séculos 19 e 20, que hoje somam mais de 25 milhões de *oriundi*. No Parlamento, são mais de 100, trabalhando com orgulho pelo desenvolvimento do país que acolheu seus ancestrais e hoje é a sua pátria, afirmou o senador.

Segundo Camata, em seu estado, o Espírito Santo, 65% da população descende de italianos, que lá fundaram a primeira cidade italiana no Brasil, Santa Teresa. O espírito desbravador dos italianos foi responsável pela abertura de estradas e a construção de escolas, capelas e cemitérios, verdadeiras vilas que acabaram se transformando em cidades, disse.

Depois de historiar as várias etapas da sedimentação da colônia italiana no país, Camata saudou a realização da exposição *Américo Vesúcio – entre Florença e o Brasil*, que o presidente da

Itália, Carlo Ciampi, inauguraria no Rio de Janeiro, no sábado. Entre as raridades da mostra estão a Carta del Cantino, primeiro mapa do século 16 que desenhou a costa brasileira, um astrolábio e um compasso pertencentes ao navegador e um retrato seu, feito à época de sua viagem ao Brasil, onde aportou logo depois de Cabral.

Ao concluir seu pronunciamento, Camata afirmou que os descendentes de italianos no Brasil já representam metade da população da própria Itália e, como crescem mais depressa, em poucos anos poderão superar, em número, esses italianos. “Hoje, juntos estamos torcendo pelo êxito de Rubens Barrichello, um brasileiro, correndo pela escuderia Ferrari, da Itália.”



Camata lembra que o país torce pelo êxito de Rubens Barrichello, um brasileiro que corre pela escuderia Ferrari, da Itália

A MAIOR COLÔNIA ESTRANGEIRA



QUANTOS SÃO

- Concentrada em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul e, de resto, espalhada nas demais regiões do país, a comunidade de origem italiana no Brasil pode ser estimada em cerca de **25 milhões**, dos quais 500 mil nascidos na Itália
- Trata-se, na maioria dos casos, de imigração já na terceira ou quarta geração, bem estabelecida no território e, em geral, perfeitamente integrada

O QUE FAZEM

Func. públicos:	6%
Comerciários:	14%
Donas-de-casa:	20%
Profissionais liberais:	18%
Operários e empregados:	10%
Aposentados:	15%
Outros:	17%

Fonte: Embaixada da Itália no Brasil

Presença na cultura brasileira é forte, destaca Luciano Pizzatto

Em nome da Câmara dos Deputados, o deputado Luciano Pizzatto (PFL-PR), ao homenagear o presidente Carlo Azeglio Ciampi, disse que a imigração italiana foi o “fermento” que faltava para transformar o território brasileiro em nação. Hoje, segundo ele, a presença italiana é muito forte em diversos setores da vida nacional. Pizzatto ressaltou, também, “a simpatia que a Itália desfruta entre toda a população brasileira”.

Luciano Pizzatto informou que hoje o país possui milhões de brasileiros descendentes de italianos. “É gente italiana na cultura, no temperamento, no coração. É gente brasileira que gostaria de não perder os laços com suas origens, com a língua e com a pátria de seus ancestrais”, observou.

Pizzatto, que é descendente de italiano e preside no Congresso Nacional o Grupo Parlamentar Brasil-Itália, que abriga 200 parlamentares, informou que o grupo está ansioso em ampliar a coope-

ração entre os dois países, a fim de melhorar as relações bilaterais em todos os setores.

O representante paranaense acrescentou que, dos 200 deputados e senadores que tomam parte do Grupo Brasil-Itália, 50 são de origem italiana e, conforme informou, muitos deles poderão ter em breve a sua cidadania italiana reconhecida.

– Isso quer dizer que um bom número de cidadãos italianos serão membros do Congresso Nacional do Brasil. É uma força política incalculável a serviço da Itália – disse Luciano Pizzatto. Ele afirmou que, nos últimos anos, a Itália tornou-se moda no país, estando sempre presente na televisão, no cinema, na gastronomia e até na língua.



Deputados, senadores e integrantes do corpo diplomático participaram da sessão solene do Congresso



Luciano Pizzatto ressaltou a simpatia que a Itália desfruta em toda a população brasileira



Parlamentares cumprimentam o presidente italiano Carlo Azeglio Ciampi no Plenário do Senado

Alcântara pede valorização da enfermagem

Senador aponta desgaste do profissional como a principal causa de evasão e rotatividade, e destaca papel do enfermeiro no atendimento básico de saúde, auxiliando o doente a retomar a auto-estima

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) fez um alerta ao governo para a necessidade de se valorizar a atividade de enfermagem. Os profissionais de enfermagem, sustenta Alcântara, podem suprir necessidades urgentes da comunidade e preencher lacunas nos serviços sanitários. O senador fez o pronunciamento a propósito do Dia Mundial da Enfermagem, comemorado na sexta-feira.

Segundo Alcântara, a prática da enfermagem como vocação, tanto nas residências como nos hospitais, é um sacrifício e desgasta o enfermeiro. Esse desgaste, conclui, é a principal causa da evasão e rotatividade na profissão. Para o senador, a adoção de condições que facilitassem o trabalho levaria os enfermeiros a terem consciência da importância de suas funções e a se sentirem socialmente valorizados.



Lúcio Alcântara assinala o transcurso do Dia Mundial da Enfermagem

– A pobreza, a fome e a miséria levam à doença. E isso ocorre, com maior frequência, em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como o nosso. A situação, às

vezes, torna-se tão catastrófica que só a presença de pessoal especializado consegue contorná-la, e nesse ponto entra a enfermagem como vocação – disse.

O papel do enfermeiro, diz o senador, é prestar atendimento básico de saúde, auxiliando o doente a retomar a auto-estima. Além disso, é capaz de “estimular e orientar a opinião pública em uma direção correta”.

Muitos países, exemplifica Lúcio Alcântara, estão fortalecendo as funções clínicas da enfermagem, a fim de capacitar pessoal para o diagnóstico e tratamento de doenças prevalentes, traumatismos e outros males. O senador falou também sobre a importância da presença de enfermeiros nas zonas rurais, onde mulheres em idade reprodutiva precisam de orientação, e as crianças muitas vezes são subnutridas e sofrem de doenças transmissíveis.

Osmar Dias apresenta proposta para evitar a guerra fiscal

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) apresentou projeto destinado a evitar a chamada guerra fiscal, pois obriga os estados a submeterem suas decisões sobre renúncia de arrecadação ao Conselho Nacional dos Secretários de Fazenda (Confaz). Para o senador, a subsistência de um sistema federativo só é possível caso o pacto tributário entre os diversos entes da Federação não seja violado.

A guerra fiscal entre os estados, segundo afirma o senador na justificativa da proposta, alimenta a concorrência desleal e constitui-se em uma prática que mina as instituições políticas e sociais de uma democracia representativa

federativa.

– Não se pode buscar o desenvolvimento estrutural de longo prazo, caso não se consiga estabelecer restrições para que os estados entrem em conflito quanto aos interesses tributários – argumenta Osmar.

O projeto define que as medidas que impliquem em redução de alíquotas, regimes preferenciais de tributação ou outras decisões que resultem em incentivo fiscal somente poderão ser adotadas caso sejam aprovadas pela totalidade dos membros presentes no Confaz.

Outra exigência constante da matéria estabelece que o Senado será comunicado, através de relatório mensal do Confaz, sobre as



Osmar Dias pretende impedir que o pacto tributário entre os entes da Federação seja violado

decisões que tomou. Também define que o chefe do Poder Executivo de qualquer estado deverá oficiar ao Senado a ocorrência de irregularidades fiscais praticadas por outro estado.

A matéria está tramitando nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE).



Para Machado, domínio da ciência e da tecnologia faz a diferença entre países ricos e pobres

Sérgio Machado apóia prorrogação de benefícios para setor de informática

A aprovação de projeto de lei que estende até 2009 a concessão de benefícios fiscais às empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação foi defendida na sexta-feira pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE), em discurso no Plenário. O senador destacou que o domínio da ciência e da tecnologia faz a diferença entre países ricos e que têm voz nos foros internacionais e os pobres, relegados à periferia das decisões políticas e econômicas mundiais.

– Não podemos fugir a essa responsabilidade de legisladores e de antecipadores das necessidades nacionais – disse o senador.

Sérgio Machado lembrou que as medidas previstas no projeto têm possibilidades de diminuir o problema das desigualdades regionais no Brasil. O projeto de lei em exame pela Comissão de Educação do Senado prevê o favorecimento das empresas instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Essas em-

presas receberão um prazo mais dilatado de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e uma tabela mais suave e progressiva de redução do benefício ao longo dos anos até 2009.

Além disso, o projeto em exame pelo Senado prevê que 5% do faturamento de comercialização de produtos de informática e automação devem ser investidos em atividades de pesquisa ou desenvolvimento. Desse percentual 0,8% precisam ser investidos em centros de pesquisas localizados nas três regiões menos desenvolvidas do país.

– Limitar o desenvolvimento nesses campos de ponta às regiões que já são as mais desenvolvidas é perder a oportunidade de fazer uma correção histórica dos rumos do progresso do Brasil – acredita Sérgio Machado.

Na opinião do senador, o projeto de lei cumpre dois objetivos constitucionais: o desenvolvimento nacional e a redução das desigualdades regionais.

Embarque na
informação direta,
sem escalas

O Jornal do Senado viaja a bordo de todos os primeiros vôos que saem de Brasília encurtando a distância entre a versão e os fatos. Diariamente oferece ao cidadão uma visão ampla e precisa do que acontece no Senado Federal. Sem intermediários. Com a notícia imparcial, direta da origem. E a garantia de que a informação não se perdeu no espaço.





CARTAS

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica cartas, faxes e e-mails enviados pelos leitores.

Endereço:
Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, Sala 2006
Brasília - DF - 70165-920

E-mail: jornal@senado.gov.br

Fax: (61) 311-3137 ou (61) 311-3333

0800 612211 – A Voz do Cidadão

Ético, transparente e com credibilidade

Sou leitor assíduo do *Jornal do Senado*. Moro no Vale do Jequitinhonha e venho, respeitosamente, agradecer à direção do jornal pelas inúmeras edições recebidas ao longo dos anos. É através da leitura do *Jornal do Senado* que divulgo para meus conterrâneos as informações concernentes aos trabalhos realizados pelos nobres senadores e senadoras. Parabênzito toda a Mesa do Senado, equipe de jornalistas, funcionários, diretores, editores, enfim, todos os que participam na elaboração desse brilhante jornal, que é ético, transparente e tem muita credibilidade. Atenciosamente,

Antônio Carlos Moreira da Silva
Joáima (MG)

Muito bem elaborado, não tendencioso e conciso

Como advogado participante de sindicatos, associações e empresas, sou obrigado a ficar atento sobre o que acontece em Brasília, os homens eleitos e as mudanças de leis de nosso país. O *Jornal do Senado* vem, exatamente, ao encontro de meus anseios, além de ser muito bem elaborado, não tendencioso e conciso, motivo pelo qual gostaria de recebê-lo sempre. Há alguns números que eu até arquivo, devido a sua importância e utilidade. Aproveito a oportunidade para registrar as minhas mais elevadas considerações e respeito aos integrantes desse jornal.

José Gonçalves Neto
Niterói (RJ)

Debates importantes para a família brasileira

O *Jornal do Senado* traz sempre fatos e debates importantes para a família brasileira. Gostaria de recebê-lo em minha casa.

José do Carmo Rodrigues
Piripiri (PI)

Problemas abordados com realidade

Sou pedagogo, há 12 anos leciono nas escolas públicas do estado do Tocantins, e nunca tinha lido um veículo de comunicação abordando os problemas brasileiros com tanta realidade como o *Jornal do Senado*. Gostaria de receber, gratuitamente, as edições desse jornal para aprimorar os meus conhecimentos sobre a atuação dos nossos senadores na política nacional.

José Benilson E. S. Pinto
Filadélfia (TO)

Divulgando as atividades dos senadores

Venho informar pela presente que recebo regularmente o *Jornal do Senado*, com o qual passei a conhecer as inúmeras atividades e projetos do Congresso, que os demais jornais não conseguem acompanhar. As matérias sobre o salário mínimo foram muito importantes, a ponto de despertar um *book* para distribuir com meus amigos. É uma pena que os R\$ 177 não vingaram. Agradeço sinceramente.

Édson Costa
Salvador (BA)

Elogios aos senadores e ao jornal

Para mim é um orgulho muito grande saber que na qualidade de cidadão e eleitor fui atendido por uma organização tão importante como o *Jornal do Senado*. Aproveito a oportunidade para elogiar o benévolo trabalho dos senadores Antonio Carlos Magalhães, Roberto Freire, Mauro Miranda e Roberto Requião e as senadoras Marina Silva, Marluce Pinto e Heloísa Helena. Seria ótimo se todos os brasileiros tivessem o privilégio de ler esse jornal.

José Talvanes dos Santos
São Paulo (SP)

Jefferson critica a prática do fisiologismo político

Senador diz que parlamentares com cargos no governo não têm independência e devem votar seguindo a orientação do Planalto

Referindo-se aos parlamentares que têm cargos no governo e votaram contra a MP do salário mínimo, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse na sexta-feira que “quem pratica fisiologismo, quem pede ao governo a nomeação de apadrinhados, não tem independência, tem de votar com o governo, sim”. Para o parlamentar, que condenou a prática de fisiologismo, os políticos que votaram contra a MP do mínimo e são comprometidos com o governo devem abrir mão dos cargos para os quais indicaram seus correligionários.

Após a afirmativa do presidente da República de que o governo iria retaliar os integrantes de sua base de sustentação demitindo os ocupantes de cargos públicos por eles indicados, o senador avaliou que muitos parlamentares devem ter mudado seu voto exatamente com receio dessa ameaça. E observou que isso repete uma prática enraizada nos costumes políticos do país, que ele até hoje não conse-



Jefferson avaliou que muitos parlamentares deixaram de votar contra o governo após as declarações do presidente Fernando Henrique

guiu assimilar.

Conforme o senador, o presidente Fernando Henrique Cardoso mudou um pouco o discurso na última quinta-feira, após a aprovação do salário mínimo pelo Congresso, para dizer que não vai demitir, mas espera que os parlamentares que não votaram a favor da MP tenham a dignidade de pedir o afastamento dos seus apadrinhados. Jefferson deu razão, nesse caso, ao presidente, por entender

que quem pratica esse tipo de fisiologismo tem de votar a favor do governo ou devolver os cargos:

– Falo com alguma autoridade. Elegi-me pelo PSDB e toda a legislatura passada fui senador pelo PSDB. Mas me impus a decisão de não pedir nada para não perder o direito de criticar o governo, para não perder a independência – disse.

Para o senador, a indicação de apadrinhados é um meio inadequado de preencher cargos públicos, pois entre os protegidos de parlamentares estão dirigentes de órgãos como o Ibama:

– Eu me pergunto por que um parlamentar colocaria um protegido no Ibama, um órgão que deveria trabalhar com autonomia e liberdade para fiscalizar. Esse parlamentar ia querer barganhar com as empresas fiscalizadas? Como é que esse órgão pode atuar livremente? Isso é maneira de preencher cargo público? – questionou.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) condenou a postura dos parlamentares que praticam o fisiologismo, abrindo mão do que ela define como a nobre tarefa de fiscalizar os atos do Executivo.

Lauro acusa governo de obedecer ao FMI

O senador Lauro Campos (PT-DF) acusou o governo, na sexta-feira, de obedecer às ordens do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao fixar o salário mínimo em R\$ 151. Para o senador, nenhuma decisão na área econômica é tomada pelo governo brasileiro sem que se consulte o FMI:

– O presidente Fernando Henrique Cardoso na verdade não foi o responsável pela fixação do salário. A comandante-em-chefe do FMI, Teresa Ter-Minassian, decide até a forma como o Orçamento brasileiro é elaborado. Ela disse, em Washington, que o salário mínimo no Brasil não poderia ser maior do que R\$ 151. Nada se faz neste país sem sua aquiescência – advertiu o senador.

Lauro Campos disse que todos os esforços visam apenas ao pagamento dos juros da dívida externa. Ele considerou inúteis os



Lauro disse que todos os esforços visam apenas ao pagamento da dívida externa

debates no Congresso, que acabaram se estendendo até as duas da madrugada de quinta-feira:

– Eu sabia que o resultado envergonharia o Congresso. O governo fechou questão e ameaçou demitir os funcionários apadrinhados pelos políticos que o apóiam. Era a mesma moeda de troca que garantiu, entre outras coisas, a reeleição do presidente – atacou.

Ele mencionou, ainda, a luta dos trabalhadores do mundo inteiro por salários dignos e lamentou que o Brasil pague um dos menores salários. Lauro citou a promessa de Fernando Henrique Cardoso, em seu último discurso como senador, de elevar o salário mínimo para 250 dólares:

– Agora ele considera demagogia aumentar o salário para 100 dólares – observou.

Jucá vê o país perto da meta de colocar todas as crianças na escola

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) comemorou na sexta-feira o aumento do número de crianças matriculadas em escolas no ensino fundamental. Ele disse que o Brasil se aproxima rapidamente da meta de colocar todas as crianças de sete a 14 anos na escola. "No ano passado, atingimos o ponto mais próximo dessa meta: 96% das nossas crianças já ocupavam os bancos escolares." O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), sustenta o senador, corrigiu a má distribuição dos recursos destinados à educação, favorecendo principalmente as regiões mais pobres.

Jucá também ressaltou o aumento considerável no número de matrículas no ensino médio – 57%, de 1994 a 1999. O senador qualificou como medidas "nitidamente social-democratas" as mudanças introduzidas no sistema educacional pelo Ministério de Educação e o investimento do governo de US\$ 500 milhões para reequipar as escolas técnicas públicas.

Na avaliação do senador, tam-



Romero Jucá ressaltou também o aumento considerável no número de matrículas no ensino médio

bém houve avanços no ensino superior. Ele apresentou dados que indicam uma expansão de 28% no número de alunos nas universidades. Foram realizados investimentos de mais de R\$ 100 milhões em bibliotecas, computadores e infra-estrutura de informatização no ensino de graduação; e, além disso, o Brasil está formando mais de 12 mil mestres e perto de 4 mil doutores por ano, conforme informou Jucá.

Calheiros é contrário à privatização da Chesf

Para senador, a companhia tem funcionamento orgânico com a Codevasf e seu comando nas mãos do Estado é vital para o semi-árido

A Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) é estratégica e sua permanência no controle público é indispensável e vital para a sobrevivência do semi-árido. Essa é a opinião do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que criticou os resultados do processo de privatização em alguns setores da economia nacional. Para ele, a intenção do governo de incluir a companhia no rol das empresas do setor elétrico que vão ser privatizadas constitui um equívoco.

– Esta empresa não pode, não deve e o Senado não há de permitir que ela engrosse uma equação matemática, uma mera venda de ativos, uma operação financeira – declarou o senador, ao lembrar que a Chesf representa a sobrevivência para milhões de nordestinos.

Ele afirmou que o modelo de desestatização adotado foi errado, principalmente porque o governo financiou e vem financiando a compra daquilo que já lhe pertencia. "O fato é que muitas jóias da coroa já foram entregues e, lamentavelmente, não foram verificadas melhorias na geração



Renan Calheiros alerta que a Chesf representa a sobrevivência de milhões de nordestinos

de empregos, incrementos salariais, infra-estrutura básica, distribuição de renda, combate à violência e avanços em nossos índices sociais", observou.

Na opinião de Calheiros, a equipe governamental precisa atentar para o fato de a Chesf ter uma atuação interligada e interdependente. Ele explicou que todo o complexo no rio São Francisco é encadeado, não apenas pelas usinas que geram energia e acumulam recursos hídricos, mas também pelo controle da vazão do rio, da

navegação, do abastecimento de água para consumo humano e animal, da irrigação e da pesca.

– Ela tem um funcionamento orgânico com a Codevasf e por este motivo é difícil projetar a continuidade desta harmonia se o governo transformá-la em uma pizza e cada grupo empresarial comer um pedaço. Seu comando único, nas mãos do Estado, é vital para o semi-árido. A Chesf não pertence a este governo ou às convicções neoliberais ou estatizantes – concluiu o senador.

TV Senado Política e muito mais.

Saúde

Através de operadoras de TV a Cabo, antenas parabólicas e dos sistemas SKY, Direct TV, e Tec Sat, você acompanha, ao vivo, as transmissões das sessões plenárias do Senado, além das reuniões de comissões permanentes e especiais. Assista, também, os programas *Saúde Todo Dia*, *Consulta Marcada* e *UNIP! Saúde* para se informar sobre alimentação, prevenção de doenças, atividades físicas, campanhas governamentais e demais cuidados com a saúde.

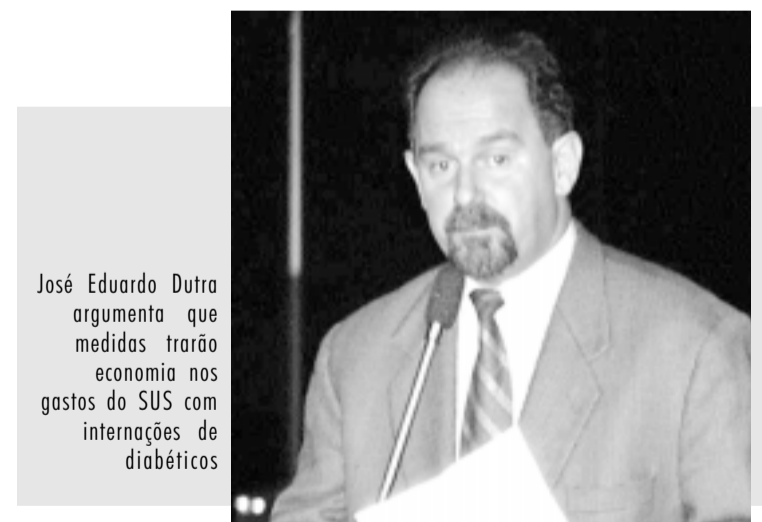
Subsediada no Palácio Esplanada - NCM



Projeto que obriga SUS a fornecer remédio a diabético vai à Câmara

Foi encaminhado na sexta-feira à Câmara dos Deputados projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), aprovado de forma terminativa na Comissão de Assuntos Sociais, que torna obrigatória a distribuição aos diabéticos, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de remédios e materiais necessários ao controle da taxa glicêmica do sangue. Com isso, o número de internações de diabéticos poderá ser reduzido substancialmente, pois as pessoas poderão verificar em casa se precisam mudar sua alimentação ou até mesmo tomar medicamentos.

Ao justificar seu projeto, José Eduardo Dutra afirma que o controle da taxa glicêmica poderá reduzir em muito os R\$ 60 milhões que o SUS gasta anualmente no tratamento dos diabéticos. "Nos EUA, é estimado que cada dólar gasto em educação do diabético representa



José Eduardo Dutra argumenta que medidas trarão economia nos gastos do SUS com internações de diabéticos

uma economia de US\$ 6 em assistência médico-hospitalar evitada."

Existem cerca de cinco milhões de brasileiros com diabetes, metade dos quais nem sabem que são doentes. A doença atinge homens e mulheres e sua incidência aumenta

com a idade. Hoje o diabetes é a quarta causa de mortes no país.

Quando tramitou na Comissão de Assuntos Sociais, o projeto recebeu parecer favorável do relator, senador Tião Viana (PT-AC), que também é médico.

Suplicy e Tebet falam sobre conflito agrário

O programa *Cidadania*, da TV Senado, aborda hoje os conflitos agrários e suas raízes históricas. Para debater o tema, foram convidados os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Eduardo Suplicy (PT-SP). O programa vai ao ar à 1h, 6h30, 13h30 e 19h30.

Suplicy aponta a inércia do governo na realização da reforma agrária. Ramez Tebet defende a realização da reforma agrária, mas alerta para desvirtuamentos no processo e para a radicalização do MST.

Dívida do Beron é tratada por Ernandes Amorim

Em três anos e meio de intervenção do Banco Central, a dívida do Banco do Estado de Rondônia (Beron) cresceu 1.317%. A informação foi dada pelo senador Ernandes Amorim (PPB-RO) em entrevista que a TV Senado exibe hoje, às 3h30, 7h30, 12h30 e 20h30.

Segundo ele, o saldo negativo da instituição que era de R\$ 31,6 milhões em 1995, época da intervenção, hoje se aproxima dos R\$ 700 milhões, apesar de o estado já ter pago R\$ 80 milhões.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

1h – *Cidadania*: Senadores Eduardo Suplicy e Ramez Tebet falam sobre os conflitos agrários
1h55 – *Senado em Pauta*
2h – *Unip*: Medicamentos Genéricos
2h30 – *Jornal do Senado*
2h55 – *Senado em Pauta*
3h – *Cores do Brasil*: Turismo no Espírito Santo
3h30 – *Entrevista*: Senador Ernandes Amorim fala sobre a dívida do Banco de Rondônia
3h55 – *Senado em Pauta*
4h – *Jornal do Senado*
4h30 – *Unip*: Medicamentos Genéricos
4h55 – *Senado em Pauta*
5h – *TV Escola* – Uma TV cheia de histórias – Caicó (RN)
5h30 – *Cores do Brasil* – Interior da Amazônia
5h55 – *Senado em Pauta*
6h – *Unip*: Medicamentos Genéricos
6h30 – *Cidadania*: Senadores Eduardo Suplicy e Ramez Tebet falam sobre os conflitos agrários
7h30 – *Entrevista*: Senador Ernandes Amorim fala sobre a dívida do Banco de Rondônia
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – Uma TV cheia de histórias – Caicó (RN)
9h – *Cores do Brasil*: Turismo em Santarém (PA)
9h30 – *Entrevista*: Senador Sérgio Machado fala sobre financiamento público para campanha eleitoral

10h – Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)
12h – *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe
13h – *Cores do Brasil*: Turismo em Manaus (AM)
13h30 – *Cidadania*: Senadores Eduardo Suplicy e Ramez Tebet falam sobre os conflitos agrários
14h30 – Sessão Plenária (vivo)
Logo após: Comissão Mista que analisa a MP do Código Florestal (gravado)
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

Simon relata como ocorreu o enterro de João Goulart

O senador afirmou que os militares proibiram os familiares do ex-presidente de abrir o caixão. A atitude, disse, provocou suspeitas

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou sexta-feira em Plenário relato pormenorizado das circunstâncias em que ocorreu o enterro do ex-presidente João Goulart, morto em 6 de dezembro de 1976 na Argentina. Simon manifestou estranheza com relação ao comportamento dos militares, que não permitiram a abertura do caixão pelos parentes de Goulart.

O senador contou o que presenciou na ocasião como forma de colaborar com as investigações, pela Câmara dos Deputados, sobre a morte do ex-presidente.

Segundo Simon, as atitudes suspeitas dos militares começaram já durante o traslado do corpo do ex-presidente, de sua fazenda na Argentina, para o território brasileiro. Ao cruzar a fronteira, o carro em que era transportado o caixão estava a 160 quilômetros por hora e quase atropelou os brasileiros – moradores do Rio Grande do Sul – que tentavam prestar suas últimas homenagens a Goulart. Nascido na cidade gaúcha de São Borja, o político vivia exilado na província argentina de Corrientes.

Apesar das gestões de parlamentares como o próprio Simon e o então senador Tancredo Neves, os militares não permitiram

João Goulart (1918-76)

João Belchior Marques Goulart nasceu em São Borja (RS)



Em 1955, elegeu-se vice-presidente na chapa de Juscelino Kubitschek. Em 1960, foi novamente eleito, mas na chapa de oposição a Jânio Quadros. Com a renúncia de Jânio, Jango, que não estava no Brasil, enfrentou resistências à sua posse. Para não perder o poder totalmente, acabou aceitando a solução conciliatória do parlamentarismo.

Trabalhou ativamente pelo retorno do presidencialismo, alcançado com o plebiscito de 1963. Lançou as 'reformas de base', com propostas de reforma agrária e extensão do voto aos analfabetos. Foi deposto pelo movimento de 31 de março de 1964.

Exilou-se no Uruguai e faleceu na Argentina, em 1976.

homenagens ao presidente morto, autorizando apenas o enterro em São Borja (RS).

O caixão chegou ao centro da cidade cercado por forte esquema de segurança, mas foi levado pelo povo para dentro da igreja matriz, onde cerimônia religiosa foi realizada sob a vigilância das Forças Armadas, que não permitiram que fosse aberto.

Já no cemitério, foram ouvidos dois discursos, contrariando o desejo dos militares – um deles de Simon e outro de Tancredo.

Para Pedro Simon, a pressa dos militares e sua recusa em deixar ver o corpo de Goulart

reforçam as suspeitas de que a morte do ex-presidente pode ter sido provocada, e não natural como anunciaram os governos do Brasil e da Argentina.

Segundo a versão oficial, Goulart teria sofrido ataque do coração, mas há quem afirme que seus remédios foram trocados intencionalmente.

– Foi uma injustiça e uma brutalidade o tratamento dado a Goulart, um homem que evitou a guerra civil e teve seu mandato roubado – disse Simon, que espera do governo Fernando Henrique as honras e as homenagens que o ex-presidente ainda não recebeu.

Senador elogia livro sobre a mulher na Bíblia

Pedro Simon elogiou na sexta-feira o livro *De Eva a Madalena*, escrito por Maria Luíza Fagundes, que relata o papel das mulheres nos fatos narrados ao longo do Velho e do Novo Testamento. Na obra, segundo Simon, a atuação de muitos personagens femininos é detalhada e reenforcada, mostrando que foram muito além da condição de esposas dedicadas e passivas.

Simon citou a história da mulher do apóstolo Pedro, cujo nome não é citado na Bíblia. A heroína, além das tarefas domésticas, ajudava o marido no trabalho da pesca e foi submetida a carga dobrada de trabalho quando André, irmão de Pedro, deixou a



De acordo com Simon, o livro *De Eva a Madalena* mostra a importância da mulher no Velho e Novo Testamento

casa em que moravam à procura de João Batista. Foi à sua companhia, relata Maria Luíza no livro, que Pedro recorreu em desespero e culpa depois de ter negado por três vezes Jesus Cristo. Ela foi também companheira do apóstolo em sua vida de evangelização.

– Li o livro avidamente e quase ligo para a autora às 2h da madrugada para lhe parabenizar – disse Simon, que lembrou ser ela esposa do ex-deputado pelo PMDB e atualmente ministro do Superior Tribunal Militar (STM), Aldo Fagundes.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Lúdio defende proposta de mudança do Código Florestal

“Que nação se dá ao luxo de deixar de ocupar mais da metade de seu território?”, indaga senador ao apoiar a alteração

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) defendeu na sexta-feira, em Plenário, o relatório aprovado pela comissão mista encarregada de analisar a medida provisória que altera o Código Florestal, de forma a aumentar os percentuais do território da Amazônia e do cerrado passíveis de ocupação pela agropecuária e demais atividades econômicas.

– Devemos preservar o meio ambiente, mas tirando dele todo o proveito para a subsistência humana, assim como as nações mais desenvolvidas do mundo. A MP preserva amplamente o meio ambiente. Não vejo nenhum tipo de ameaça à preservação da natureza – afirmou o

Lúdio prega preservação, “mas tirando do ambiente todo o proveito para a subsistência”



senador.

Para Lúdio Coelho, a imprensa tratou os parlamentares da comissão como “defensores de interesses imediatistas de fazendeiros inescrupulosos, como se a defesa do meio ambiente fosse privilégio dos ecologistas, que não produziram sequer um grão de cereal para alimentar a

população brasileira”.

Ele observou que a região norte do estado de Mato Grosso, por exemplo, é extremamente propícia à produção agrícola, o que pode levar ao aumento do emprego e ao aquecimento da economia.

– Qual a nação do mundo que se dá ao luxo de deixar de ocupar mais da metade de seu território? Acho que isso não atende aos interesses do Brasil – disse Lúdio Coelho, ao manifestar seu apoio integral ao relatório da comissão mista, elaborado pelo deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) e aprovado na semana passada.

Lobão propõe que lideranças definam prioridades na tramitação de projetos

As lideranças no Senado e na Câmara deveriam reunir-se, sempre que preciso, para decidir quais projetos, nas duas Casas, mereciam uma tramitação privilegiada, propôs o senador Edison Lobão (PFL-MA) na sexta-feira. O senador acredita que isso contribuiria para o aprimoramento do processo legislativo e para a respeitabilidade do Congresso Nacional.

Edison Lobão explicou que os autores de projetos, embora os considerassem tão importantes quanto os outros, ou até mais, teriam que se conformar com a decisão do Colégio de Líderes que, em determinada ocasião, não amparasse de imediato suas proposições.

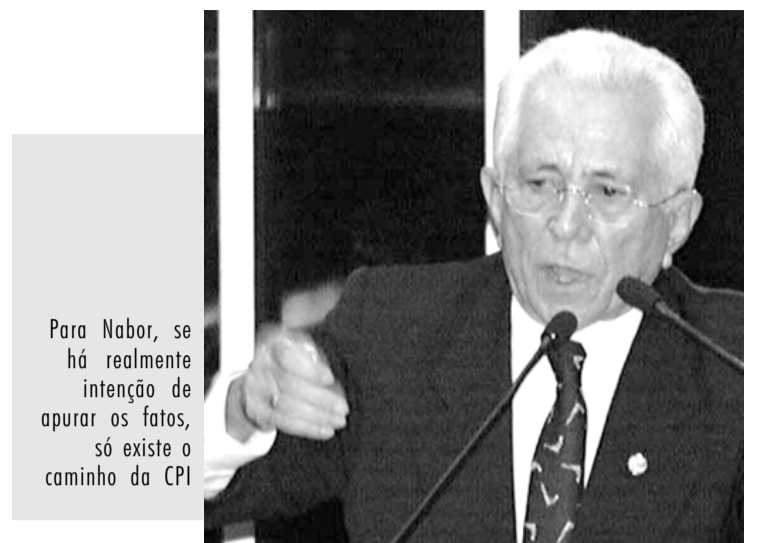
O senador disse que abria a discussão sobre esse tema por dois motivos: o primeiro é que os órgãos do Poder Executivo, na sua avaliação, não tomam conhecimento dos estudos feitos no Legislativo. Ele lembrou que, de acordo



Objetivo de Lobão é contribuir para o aprimoramento do processo legislativo e a respeitabilidade do Congresso

com notícias divulgadas recentemente, o governo pretende institucionalizar o seguro rural e busca também instrumentos que dêem segurança aos compradores de imóveis na planta. Esse dois temas já estão na pauta do Senado, observou Lobão, que apresentou projetos nesse sentido.

O segundo ponto destacado pelo senador é “a lastimável lentidão da tramitação legislativa”. Lobão afirmou que os parlamentares, pelo acúmulo de tarefas, não têm condições de deliberar a contento sobre as matérias, criando-se um círculo vicioso que emperra o processo legislativo.



Para Nabor, se há realmente intenção de apurar os fatos, só existe o caminho da CPI

Nabor quer CPI na Assembléia do Acre para apurar compra “irregular” de medicamentos

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) voltou a defender na sexta-feira a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) na Assembléia Legislativa do Acre para apurar denúncias de “graves irregularidades” na compra, pelo governo, de medicamentos e insumos hospitalares destinados à rede pública de saúde. Segundo Nabor, se há realmente intenção de apurar os fatos, só existe um caminho: “A criação de uma CPI, coisa que o governador Jorge Viana (PT) não quer aceitar”.

Nabor Júnior afirmou que há uma auditoria do Tribunal de Contas do Acre apontando irregularidades ocorridas “logo nas primeiras horas” do governo Jorge Viana. De acordo com o senador, o relatório do Tribunal de Contas existe, expõe provas concretas de superfaturamento e deve ser votado logo pelo TCE.

O senador disse que seu colega Tião Viana (PT-AC) e o próprio governador do Acre, Jorge Viana, estão usando a tática de desqualificar o acusador para contornar a acusação. “Se o governo do Acre pretende safar-se das graves acusações de corrupção e irregularidades nas compras de remédios, deve deixar essa tática velha e desgastada, de ofender os adversários, e apoiar a instalação de uma CPI”, assegurou.

Nabor Júnior disse que essa seria a postura correta do governador e do senador Tião Viana, coerente com a posição da direção nacional do PT: “No plano federal, o PT vive propondo CPIs para as mais diversas finalidades. Se-

ria, então, uma questão de coerência apoiar a CPI dos medicamentos no Acre”, lembrou Nabor. O senador também não aceita a reação do governador, de atacar o deputado estadual João Correia, presidente regional do PMDB, e o prefeito de Rio Branco, Mauri Sérgio.

O parlamentar, ex-governador do Acre, repeliu também o que considerou “insinuações” do senador Tião Viana, feitas na última terça-feira. Viana acusou Nabor Júnior de reunir-se na “calada da noite”, quando era governador, para impor um sobrepreço de 30% aos fornecedores de medicamentos locais. Nabor Júnior garantiu que mantinha estrito controle das tabelas de preços dos fornecedores de São Paulo, sobretudo no atendimento de órgãos oficiais como a Funcep, “sempre buscando os menores preços”.

– Apurados os valores mais favoráveis, eu eventualmente admitia que se aplicasse um adicional jamais superior a 30% sobre o valor corrente em São Paulo, expressa, específica e declaradamente para cobrir os inevitáveis custos adicionais com fretes e impostos – explicou o senador.

Em aparte, a senadora Heloisa Helena (PT-AL), líder do Bloco Oposição, defendeu o governador Jorge Viana e os senadores petistas acreanos. Todos, segundo ela, têm uma tradição de respeito à moralidade, ao patrimônio público e à ordem jurídica vigente, e seriam incapazes de um comportamento amoral, de acusar sem provas e de impedir a instalação e o funcionamento de CPIs.